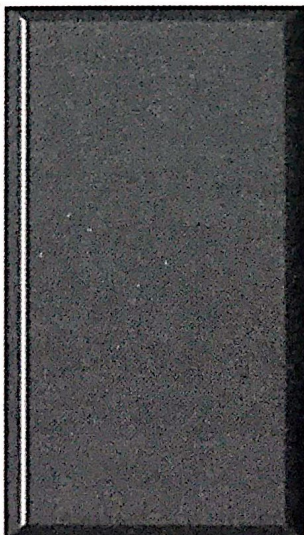


Irene Zasimowicz Pinto Calaça ()*

***Nomes próprios estrangeiros no
Português contemporâneo
(variante brasileira) (**)***

(*) Mestra em Filologia Eslava pela Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (Moscou), 1990. Aluna do Mestrado em Lingüística da Universidade Federal de Goiás (1998).

(**) Artigo resultante de trabalho apresentado no 1º Encontro de Estudos Lingüísticos e Literários da Universidade Federal de Goiás, realizado em novembro de 1997.



RESUMO

Tendo por base uma pesquisa de campo, a autora examina neste ensaio a questão da entrada de nomes próprios estrangeiros no Português contemporâneo, as alterações pelas quais passam quando de seu ajuste ao novo sistema lingüístico, bem como seu possível reflexo social.

ABSTRACT

Based on a field research the author examines in this essay the insertion of proper foreign names in modern Portuguese, the changes these words suffer in adjusting themselves into a new linguistic system as well as their possible social effects.

Nomes “vernáculos” x nomes “estrangeiros”

Nomes próprios foram e são tratados sob os mais diversos aspectos no meio lingüístico, porém pouco ou quase nada de específico foi desenvolvido no que concerne ao empréstimo de nomes estrangeiros pelo português contemporâneo (variante brasileira). É certo que desde há muito nosso idioma vem recebendo tais acréscimos – ainda Câmara Jr. nos lembra do “*interesse pela história ... internacional*” na escolha de certos prenomes (1981: 54). Contudo, ultimamente, esse fenômeno vem crescendo e se diversificando, e mesmo trabalhos bastante recentes que versam sobre estrangeirismos (como o de Vannucchi (1997: 39-51)) ignoram o florescimento de tais antropônimos nos últimos anos. Resolvemos, pois, aprofundarmo-nos nesse tema.

Em primeiro lugar, levantamos a questão da **diferenciação** entre nomes vernáculos e estrangeiros – assunto aparentemente irrelevante, porém de suma importância. Diuturnamente encontramos antropônimos como “Maria”, “Ivan” e “Ana” em diversas línguas sendo qualificados pelos falantes de cada uma delas como “nativos” da “sua” língua, conforme nos explica Lyons (1980: 183): “...alguns nomes de lugar e pessoa institucionalizada são tão vulgares em certos países que é de esperar que todos os locutores da língua aí utilizada reconheçam o seu estatuto de nomes próprios.”

Partindo da afirmação supra, resolvemos manter uma **abordagem sincrônica** na identificação dos nomes, acolhendo como estrangeiros os antropônimos intuídos pelos falantes nativos como originários de um ambiente lingüístico **diferente** do português.

A pesquisa

Buscamos dados para este trabalho nas fichas de atendimento dos arquivos pediátricos do SUS (Sistema Único de Saúde) PAM-CAIS de Anápolis – GO, nas quais constam nome completo, sexo e data de nascimento da criança.

Analisando o material obtido, foi possível constatar que, nos últimos 4-5 anos, cresceu significativamente o número de falantes nativos – *aparentemente* de nível socioeconômico médio ou baixo (não nos aprofundamos em relação a esse quesito) – a darem nomes estrangeiros a seus filhos. Quando inquiridos do motivo, diziam tê-los considerado “bonitos”, “diferentes” (nomes estrangeiros em geral, como “Tuane”, “Ryan”) ou, então, “parecidos com os da televisão” (nomes como “Alleff”, “Dara”, que se tornaram verdadeiros “modismos”, ou mesmo “Jean Claude Vandame”, “Railander” – ainda pouco numerosos). Outrossim,

quando o recém-nascido não era ainda registrado, e solicitava-se aos pais que escrevessem a forma correta do futuro nome (estrangeiro), muitos revidavam, afirmando desconhecê-la: “Escrevam vocês do jeito que quiserem.”

Os resultados

Encontramos grande falta de homogeneidade na escrita dos antropônimos emprestados, o que nos leva a crer que a grande maioria deles parece ter entrado em nosso idioma sob a forma sonora, com uma posterior reinterpretação do que foi escutado pelos próprios falantes. Tudo isso pelo fato de as línguas combinarem seus elementos fonéticos e fonêmicos de maneira diversa entre si. “Nenhuma língua tem um número de fonemas igual às combinações dos traços distintivos possíveis. Um traço pode ser irrelevante para uma língua [...] Outros traços são relevantes no nível fonêmico e outros somente no nível alofônico” (Istre, 1980: 94).

Assim, certos elementos podem ser importantes – relevantes, diferenciais – para uma língua, não o sendo para outras.

Foneticamente, os nomes estrangeiros são “filtrados”, adaptados, de acordo com os traços distintivos da segunda língua, passando a ser regidos pelas mesmas leis fonéticas desta – o que não significa que deixaram de ser percebidos como estrangeiros pelos falantes nativos. Segundo Jakobson (1967: 103), ao ouvir sons familiares organizados num “feixe” que lhe é desconhecido, o indivíduo “*propende a deformar e a considerar estrangeiro*” tal vocábulo. Como exemplo, trazemos os nomes “Djulia”/ “Diulia” e “Djonatan”/ “Dionatan” – adaptações brasileiras de “July” e “Jonathan” que, possuindo uma consoante africana inexistente no português, vêm a mesma alterada segundo o quadro fonético deste último, ao tornar-se alveopalatal no novo ambiente e ter sua estrutura silábica modificada – ora com a inserção de uma semivogal, ora com a de uma vogal. É Istre (1980: 165) quem explica tal ocorrência: “...em seqüências de segmentos, a concatenação de segmentos permitidos em uma língua permite ao ouvinte ‘preencher’ segmentos, mesmo quando eles não são ouvidos muito claramente”.

Devido ao filtro mencionado anteriormente, os nativos percebem o nome estrangeiro cada qual a sua maneira, pois, não existindo a variante necessária em sua língua, buscam a que lhes pareça mais próxima, substituindo os fones estranhos pelos de seu idioma, o que ocasiona flutuações de ordem fonética por falta de unanimidade do que foi apreendido. Isso é facilmente percebível ao compararmos as diversas tentativas de registro dos nomes através da escrita. A variação ortográfica é bastante grande, pois os falantes buscam transmitir um som “dife-

rente” através dos meios preexistentes no português. Encontramos, assim, diversos modelos de escrita, alguns dos quais transcrevemos abaixo para ilustrar:

- ◆ Alef, Alleff, Halef, Alefe, Aleksandr, Alexandre, Alison, Alisson;
- ◆ David, Deivid, Deivide, Djulia, Diulia, Djonatan, Dionatan, Jonatan, Jonathan, Djeine, Jhennifer;
- ◆ Katrein, Khatrein, Ketrein, Khetrein, Khatrin, Khatryn, Khatrine, Khatrun;
- ◆ Lohaine, Lorraine, Lorrainy, Lorrane, Lorrany, Lorane, Lorany, Lorriany;
- ◆ Stefany, Stephany, Steffanny;
- ◆ Wellington, Wellinton, Welinton, Uelinton.

Também verificou-se que, na tentativa de encontrar um nome incomum, parece estar havendo um retorno à antiga grafia do português. São muito constantes as consoantes duplas, o uso do “y”, do “w” ou mesmo do “h” em diversas posições – por exemplo, abrindo a palavra como em “Hanon” (de “Alex Hanon”), no meio do vocábulo entre vogais (“Lohane”) ou após consoantes, mesmo sem necessidade aparente (“Fhelipe”, “Phelipe”) ¹.

Outrossim encontramos flutuações de ordem morfológica. Alguns prenomes historicamente masculinos (“Átila”) ² ou femininos (“Dolores”) nas línguas de origem, estão sendo utilizados tanto por homens como mulheres em nosso dialeto português, numa franca variação de gênero. Além dos que mencionamos acima, também encontramos “Iris”, “Áquila”, “Rávila”, “Simone”, “Evani”, “Stefani”, na mesma situação.

Tais flutuações são bastante naturais e explicam-se pelo fato de uma língua receber mais comumente empréstimos de ordem **lexical** e não morfológica. Por exemplo, o nome estrangeiro masculino “Átila” possui a mesma terminação que o feminino português, sendo analogicamente mais cômodo para o usuário da língua inseri-lo no paradigma feminino. Assim, num primeiro momento, encontramos a coexistência de formas distintas: vestígios do uso original (masculino) lado a lado com a reassimilação portuguesa (feminina) do vocábulo que, no futuro, poderá – quem sabe – fixar-se definitivamente em nosso idioma.

Já nomes que não se enquadram em nenhum paradigma morfológico do português, como “Evani”, “Stefani”, provavelmente manterão a alternância de gênero por mais tempo, até que seu uso mais freqüente dentro da coletividade acabe por

¹ Arquivistas reclamam da **falta de uniformidade** na grafia dos nomes, a qual dificulta seu trabalho. Na legislação vigente, porém, só há dois impedimentos na escolha de prenomes: serem ridículos ou imorais, não sendo proibido ao pai registrar seu filho com a ortografia que lhe pareça mais conveniente (de acordo com Lopes (1960: 182)).

² Conforme **Grande Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**.

fixar a norma definitiva. Norma lingüística, diga-se de passagem, pois, psicologicamente, segundo Martins (1991: 134): "... não deve haver precipitação com relação a possíveis problemas de identidade que um prenome comum aos dois sexos possa provocar. [...] Tudo depende de como cada [...indivíduo] perlabora e processa o seu signo".

A identidade sexual estável de cada pessoa depende mais do processo e interpretação dos desejos e fantasias do próprio sujeito do que de sua individualização perante a sociedade.

Prosseguindo, um caso à parte seria o dos antropônimos que, originalmente denominavam localidades, cidades, e que, ao serem assimilados por nossos falantes, passaram a denominar pessoas. Como em "Wellington" e "Sidney" (que, por sinal, possui gênero feminino e entre nós teve-o alterado para o masculino). Essas ocorrências apenas reafirmam a arbitrariedade do signo tratada por Saussure.

Ao entrarem no português, os referidos nomes adquiriram uma nova semântica: de topônimos passaram a ser antropônimos, recebendo assim valores diferentes dos que lhes eram peculiares. "A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral." (Saussure, 1991: 132)

O consenso vigente no nosso meio lingüístico e o uso adotado em nossa coletividade reassimilaram a apreensão desses antigos topônimos, que receberam uma nova conotação e passaram a ser antropônimos, de acordo com a norma do português.

Digressões sociolingüísticas sobre os empréstimos

Partindo da realidade encontrada, levantamos as seguintes questões, cujo estudo – a nosso ver – teria sua motivação. Sabemos ser a variante brasileira do português costumeiramente mais arcaica que a portuguesa³. Assim, como compreender esse fenômeno? Ele repetir-se-á em outras partes do Brasil? Estará havendo uma aculturação? Seria possível avaliar a influência dos meios de comunicação na escolha dos nomes próprios? Quem sabe, algum sociolingüista ou mesmo antropólogo se interesse pelos pontos aqui levantados e se aprofunde neles.

³ Segundo Bueno (1967: 212) "... fatos, quer de vocabulário, quer de modismos, quer de fonética e prosódia [...provam] que o tipo de língua entrado no Brasil, em 1500, ainda aqui se conserva nos lábios do povo".

Conforme mencionamos ainda no início desta exposição, não encontramos trabalhos que versassem exclusivamente sobre o tema abordado. Pudemos constatar, porém, que alguns lingüistas demonstram certo preconceito ao tratar dos estrangeirismos: Carvalho (1989), de uma forma bastante parcial, deixa entrever a necessidade de “defender-se o idioma pátrio”. Acredito que os seguintes trechos ilustrem o afirmado: “A imitação/admiração se fortalece pelo cinema, música, moda e TV [...e...] extrapola os limites de segurança” (p.56). “Permanecendo o empréstimo a nível de termo isolado, o sistema não é atingido, mas quando o fato extrapola para o nível de construção frasal as sirenes devem começar a tocar”. (p.56).

Já Vannucchi (1997: 49-50) conclama as autoridades a tomar “*providências oficiais eficazes, sensatas e exeqüíveis*”, para que nossa língua melhor resista à “*invasão de estrangeirismos*” e propõe, inclusive, algumas reformas legais, a fim de que o português não perca sua identidade. Outrossim, o autor ressalta o papel da escola nesse processo: “À escola está reservado um papel extremamente importante nessa questão: cabe a ela e, de modo especial, aos professores de Português valorizar a língua, mostrar aos estudantes a importância, a beleza e a riqueza do Português e o que ele significa para a nacionalidade. Essa catequese se fortalecerá bastante, se contar com a ajuda dos meios de comunicação de massa”.

Não querendo desmerecer a importância do papel da escola, bem como da legislação – acima mencionadas –, consideramos ambas demasiado singelas para resolverem tão profunda questão, pois são muitos os interesses políticos e econômicos que as mesmas teriam de sobrepujar – tanto nacionais como estrangeiros.

De outra forma, acreditamos que a grande força do português estaria nele próprio; afinal, quantas outras línguas – ágrafas – subsistem séculos sem perder sua identidade. Tudo depende da estrutura interna da língua, mais propensa ou não a empréstimos. É ela que, em última instância, traçará seu desenvolvimento de uma forma natural. Saindo um pouco do tema “antropônimos”, para exemplificar, trazemos os vocábulos “futebol” e “ludopédio”. O primeiro deles foi eleito pelos falantes em detrimento do segundo e acabou por entrar definitivamente em nosso idioma. Quem somos nós – lingüistas – para contestá-lo? Além do quê, de acordo com Sandmann (1992: 22-3), o principal recurso de ampliação do léxico no português continua sendo interno – a formação de palavras a partir de palavras/morfemas **preexistentes** – e não externo (empréstimos lingüísticos).

O nome próprio como empréstimo: reflexo social

A questão do nome próprio parece-nos, todavia, mais profunda do que a dos empréstimos em geral, podendo ser analisada sob outra perspectiva. Partindo da

afirmação de Martins (1991: 165): "...o nome próprio é o símbolo maior do entrecruzamento do sujeito consigo mesmo, com os outros, com o mundo, enfim com a própria vida".

Levemos, pois, em consideração, alguns fatores, a nosso ver, deveras relevantes: (1) a importância psicológica do nome próprio para o indivíduo; (2) a projeção de desejos – muitas vezes narcisísticos – dos pais, quando da escolha de tais nomes⁴, e (3) o grande número de crianças a receber nomes estrangeiros.

Quanto ao segundo fator, vemos que alguns pais parecem querer dar a seus filhos a individualidade, a diferenciação que, muitas vezes, um sobrenome bastante comum entre os brasileiros não o permite. Assim, encontramos esses prenomes estrangeiros com grande constância entre os "Silva", "da Silva", "Santos" e "Pereira".

Analisemos, agora, o primeiro e o terceiro fatores. Quando da alfabetização, as crianças que recebem tais antropônimos podem vir a ter alguma dificuldade para entender e assimilar as diferenças gráficas e sonoras entre seus nomes e os dos colegas. Mas isso é problema passageiro e uma vez sobrepujado, pode, com o tempo, gerar uma **maior receptividade da coletividade aos fones e grafemas estrangeiros**, pois a frequência com que encontramos antropônimos estrangeiros vem crescendo muito. E, afinal, o sujeito identifica-se com seu nome não apenas internamente (intimamente), mas externamente (socialmente). E a sociedade, a coletividade de falantes da qual ele é integrante pode vir, com o tempo, a assimilar novos valores lingüísticos ou mesmo modificar os antigos. Por exemplo: em composições escolares infantis já se encontram nomes como "Toby", "July", "Katy" e outros afluindo de uma maneira bastante natural, como se fossem nativos. Da mesma forma, as letras *k*, *w*, *y* e *h*, que têm seu uso bastante tolhido pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, estão coexistindo abertamente com suas variantes nacionais.

É um começo. Quem poderá prever que outras mudanças, estas mais profundas, poderão surgir futuramente no próprio sistema do português, oriundas de tal receptividade? Somente o tempo nos responderá.

⁴ Segundo Martins (1991: 125), a escolha do prenome pelos pais pode basear-se em tradições familiares, em desejos de grandeza ou, simplesmente, por conta da moda ou da sonoridade do termo adotado. "O prenome seria mesmo uma superfície sobre a qual os pais projetariam a imagem sonhada de uma criança ligada a um mito familiar...".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BUENO, Francisco da Silveira. **Estudos de filologia portuguesa**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
2. BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da Língua Portuguesa**. Santos: Editora Brasília, 1974.
3. CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**. 9.ed. Petrópolis : Vozes, 1981.
4. CARVALHO, Nelly. **Empréstimos lingüísticos**. São Paulo : Ática, 1989.
5. ISTRE, Giles Lothar. **Fonologia transformacional e natural : uma introdução crítica**. Florianópolis : UFSC / NEL, 1980.
6. JAKOBSON, Roman. **Fonema e fonologia : ensaios**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.
7. LYONS, John. **Semântica 1**. Lisboa : Presença/ Martins Fontes, 1980.
8. LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Tratado dos registros públicos**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1960. v.1.
9. MARTINS, Francisco. **O nome próprio : da gênese do Eu ao reconhecimento do outro**. Brasília : Ed. UnB, 1991.
10. SANDMANN, Antônio. **Morfologia lexical**. São Paulo : Contexto, 1992.
11. SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 16.ed. São Paulo: Cultrix, 1991.
12. VANNUCCHI, José Duarte. **Estrangeirismos na língua portuguesa**. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v.23, n.1, p. 39-51, jun. 1997.